

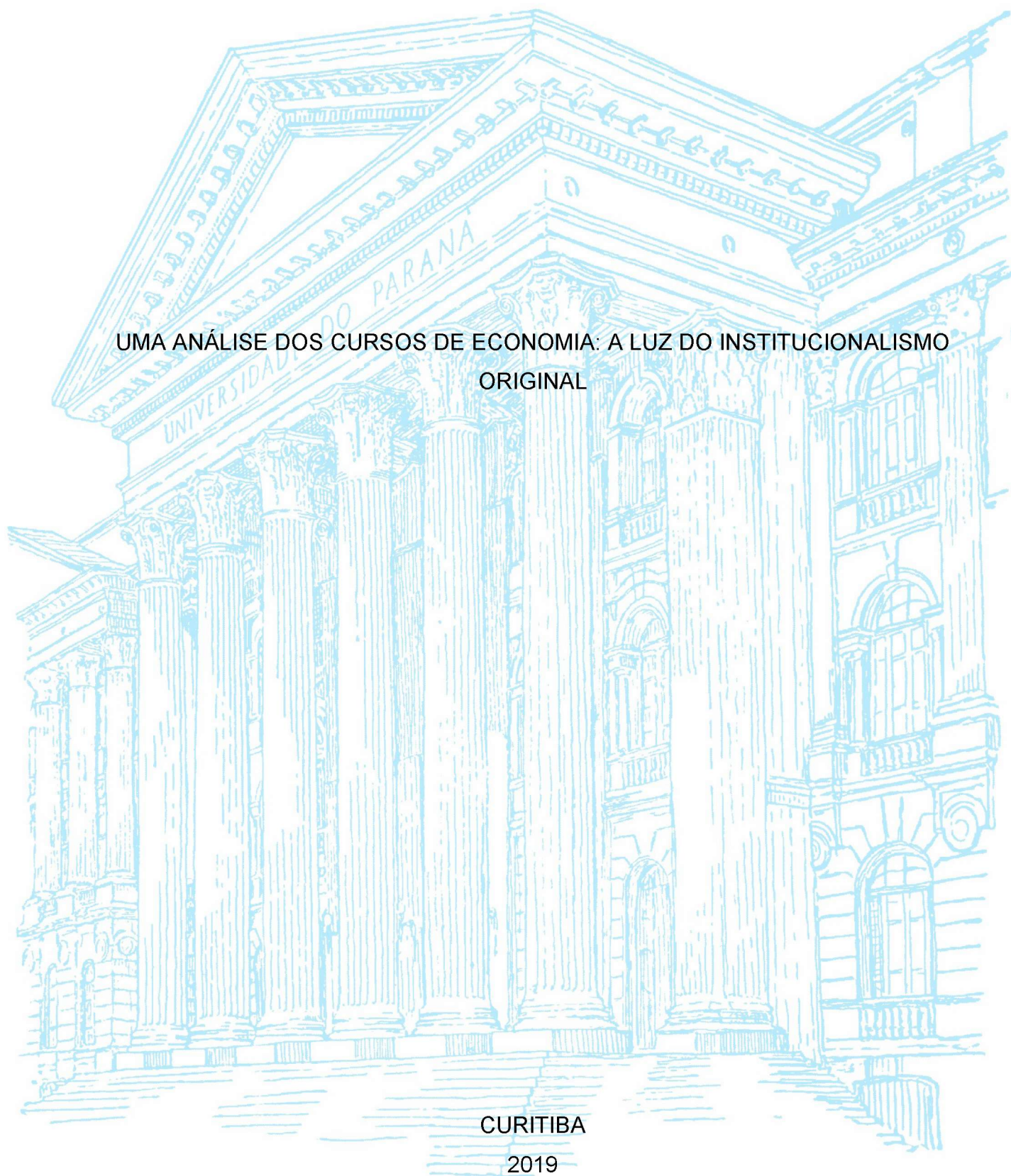
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIANA SILVA CORREA

UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE ECONOMIA: A LUZ DO INSTITUCIONALISMO ORIGINAL

CURITIBA

2019



NAIANA SILVA CORREA

UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE ECONOMIA: A LUZ DO INSTITUCIONALISMO
ORIGINAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

NAIANA SILVA CORREA

UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE ECONOMIA: A LUZ DO INSTITUCIONALISMO ORIGINAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Cidade, __ de _____ de 201__.

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.”

(PIAGET)

RESUMO

O propósito central deste trabalho é analisar os cursos superiores de ciências econômicas ofertados na cidade de Curitiba sob a ótica do institucionalismo radical através de uma leitura crítica dos trabalhos de Thostein Veblen e Dugger, referente a hegemonia corporativa sobre as demais instituições inseridas na sociedade. Para analisar a qualidade das instituições de ensino foi utilizado um criterioso ranking nacional, chamado RUF – Ranking Universitário da Folha de São Paulo, assim como o Lattes dos docentes das universidades, através dos indicadores do ranking foi possível esmiuçar as particularidades de cada universidade, sobretudo a matriz curricular e a composição do corpo docente para avaliar a presença da hegemonia corporativa nas instituições. Verificado a contaminação dos interesses externos sobre a autonomia das instituições de ensino, é indicado as instituições privadas a necessidade de exercer as atividades com independência para que haja desenvolvimento na sociedade, instigue o pensamento crítico dos indivíduos e torne a sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Institucionalismo Radical. William Dugger. Thostein Veblen. Hegemonia Corporativa. Educação Superior. Ciências Econômicas.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to analyze the university's offering an economic science degree in the city of Curitiba, this analysis will be conducted from the perspective of radical institutionalism through a critical reading of the works of Thostein Veblen and Dugger, referring to corporate hegemony over other institutions inserted into society. To analyze the quality of educational institutions, a notorious national ranking was used, called RUF – Ranking Universitário da Folha de São Paulo, as well as the Lattes of university professors. Through the ranking indicators it was possible to scrutinize the particularities of each university, especially the curriculum and faculty composition to assess the presence of corporate hegemony in institutions. After the contamination of external interests on the autonomy of educational institutions is verified, it is indicated to private institutions the need to carry out their activities independently so that there is development in society, promote critical thinking of individuals and make society more egalitarian

Palavras-chave: Radical Institutionalism. William Dugger. Thostein Veblen. Corporate Hegemony. College Education. Economic Science.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	INSTITUIÇÕES E EDUCAÇÃO PARA A ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINAL	9
3	UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE ECONOMIA: A LUZ DO INSTITUCIONALISMO ORIGINAL	16
3.1	MÉTODO UTILIZADO PARA ANÁLISE	16
3.1.1	Análise da matriz curricular	17
3.2	ANÁLISE DO RANKING DA FOLHA DE SÃO PAULO NOS CURSO DE ECONOMIA	18
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	APÊNDICE	26
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil vem ganhando destaque e atenção, principalmente de investidores, ou seja, grupos educacionais privados voltados para educação superior, pois acabam atendendo o público excedente que as universidades públicas não absorvem. Segundo os dados do Censo da Educação Superior, que teve seus resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil em 2017 tinha 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.152 privadas, o que representa 87,9% da rede. Outro dado importante para o objetivo deste trabalho é relacionado ao educador, o típico docente da educação superior na rede pública é doutorado e na rede privada o mestrado é o grau de formação mais frequente, portanto vemos uma grande representatividade das instituições de ensino privadas no país.

Diante desse cenário, o presente trabalho visa analisar a qualidade da Universidade Pública do estado do Paraná em relação a três universidades privadas da cidade de Curitiba no curso de ciências econômicas. Portanto, o trabalho está organizado em torno de quatro capítulos, sendo o primeiro este capítulo de introdução. No segundo teremos uma revisão da literatura para apresentar a ideologia do institucionalismo Vebleniano e Duggeriano, sobretudo relacionando a hegemonia corporativa com as instituições de ensino e seu possível impacto sobre elas, para os institucionalistas radicais, os interesses das grandes corporações regem o sistema da sociedade, traduzindo seus interesses para as demais instituições; além desta relação teórica foi introduzido as métricas de dois rankings importantes nacional (RUF) e internacional (*QS World University Rankings*) para avaliar as diferenças entre eles. No terceiro capítulo será utilizado uma metodologia criteriosa e aplicável de igual forma a todas as participantes para analisar a qualidade das universidades, para isso, foi utilizado uma séria metodologia que busca levantar as melhores instituições de ensino do país, o RUF – Ranking Universitário da Folha de São Paulo que leva em consideração a opinião de mercado, além disso foi relacionado também o Lattes dos educadores das universidades analisadas para validar o indicador de regime de contrato. E, por fim, o quarto capítulo que conterà as considerações final do trabalho.

2 INSTITUIÇÕES E EDUCAÇÃO PARA A ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINAL

A economia institucional original surgiu por meados do século XIX, tendo sua primeira utilização em termo, economia institucional, no primeiro artigo de Walton Hamilton, *The Institutional Approach to Economic Theory*, em 1919¹, (HAMILTON, C1919). A economia institucional original estuda as principais instituições inseridas na sociedade como causas e/ou efeitos do comportamento do indivíduo, juntamente com seus aspectos sociais e antropológicos. Um dos primeiros autores a explorar o tema foi Thorstein Veblen, o qual buscava reformular a teoria econômica instaurada na época, em que as sociedades se organizavam em busca de materialidade – tanto em termos de aquisição de bens quanto de poder econômico. Seu interesse em analisar a sociedade através das instituições o fez um crítico do sistema econômico da época, em que propunha papéis sociais mais democráticos, ficando conhecido como um dos principais autores do institucionalismo.

Em *The Theory of the Leisure Class* (1899), o ponto central de análise é a elite socioeconômica, também conhecida como classe ociosa, título empregado pelo próprio autor devido à ausência de atividades laborais industriais da elite, a qual possui seus hábitos, consumo, e costumes emulados para as demais classes. Pois, através de seu estilo de vida, é nítida uma concepção de superioridade socioeconômica em relação às classes inferiores. As demais classes são influenciadas pela classe ociosa através dessa difusão de hábitos de pensamento na sociedade. Dentro dessa lógica, os hábitos disseminados via classe ociosa impactam a tomada de decisão dos consumidores, o qual adquire o consumo com propósito de demonstrar riqueza, seguindo a lógica do consumo conspícuo. Portanto, as classes inferiores ao analisarem a classe ociosa, acreditam ser aquela a classe “ideal” para pertencerem e

¹ Hamilton (1919) em sua tese cita “*The proper subject-matter of economic theory is institutions. – The demand taht economic theory relate to institutions is implicit in the plea for its relevancy.*”, portanto colocando em evidência a importância dos papéis das instituições para entender a economia.

desta forma, através da emulação, tentam replicar seus consumos, logo hábitos e costumes.

Em outra obra, *The Theory of Business* (1906), Veblen analisa também a importância do empresário frente as demais instituições. O autor retrata o conflito dos termos negócio e indústria que apesar de estarem comumente juntos, podem estar em discordância. Negócios, basicamente é a forma de obtenção de lucro do empresário e seu interesse em fazê-lo, enquanto indústria é o processo da fabricação de bens, e o quanto o empresário irá restringir sua produção para elevar os preços e por consequência sua obtenção de lucros. Veblen (1906) nota então a dominação corporativa em relação as demais instituições, seja na economia ou como forma estrutural da sociedade. Portanto, nota-se que em ambos os estudos de Veblen, é possível identificar a emulação como meio de dominação.

Através destes trabalhos como de tantos outros descendentes de Veblen, surgiram os escritos de William Dugger, também pensador do institucionalismo original. Dugger em *Power: An Institutional Framework of Analysis* (1980) apresenta a estrutura institucional como fonte de poder, em que a individualidade pode ser influenciada pelas principais instituições da sociedade. Veblen (1919) já havia feito esta relação entre instituições e indivíduos, em "*The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*", no qual o autor define que os hábitos dos indivíduos aumentam quando os agentes procuram atingir objetivos que são relacionados a comportamentos diários. Reforçando desta forma a existência e força das instituições, e como os hábitos comuns dos indivíduos são emergidos pelas instituições. Ou seja, instituições são os hábitos que são próprios de uma sociedade em seu tempo.

Evoluindo a teoria de Veblen, Dugger pontua os seis principais tipos de instituições inseridas na sociedade, como: instituições econômicas, instituições de ensino, instituições militares, instituições familiares, instituições políticas e instituições religiosas. Todas ligadas indiretamente entre si, utilizam-se uma das outras para conquistar seus meios e fins. Estas estão ligadas a instituição dominante, no exemplo de Dugger, a sociedade americana possui como grupo dominante as instituições econômicas, por serem de civilização capitalista. Portanto, podemos também aplicar este modelo ao Brasil.

A maior observação deste trabalho será através da análise de Dugger em relação à postura das instituições educacionais perante a instituição dominante, a

instituição econômica. Em seu trabalho, mencionado acima, "*Power: An Institutional Framework of Analysis*" (1980), Dugger menciona quatro principais mecanismos sociais que mantêm a hegemonia corporativa, ou seja, instrumentos que são utilizados para a base da hegemonia, sendo elas: subreção, contaminação, emulação e mitificação.

O autor refere-se a subreção como uma representação injusta, o qual pode ser aplicado ao papel das instituições de ensino na sociedade. Pois, apesar de serem instituições autônomas, as quais possuem a atribuição de disseminarem conhecimento, as universidades, por influência da hegemonia corporativa corrompem-se. Tornam-se meios de negócio, sendo utilizadas para produção de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho prático, extinguindo sua função de disseminar o conhecimento por si só e o papel de produzir ciência. Portanto, o que era para ser os fins das instituições de ensino, acabam tornando-se os meios para a hegemonia institucional. (Dugger, 1980)

Em relação a contaminação, Dugger refere-se ao poder da disseminação do papel da hegemonia corporativa para as demais instituições inseridas na sociedade. Na qual, a figura dos pais, papéis religiosos, autoridades políticas e centros de ensino possuem suas funções contaminadas pela hegemonia corporativa. Por exemplo, as universidades aplicando princípios sólidos de negócios como forma administrativa, assim como os pais exigindo uma profissão que trará bons resultados financeiros a seus filhos. Ou seja, os papéis não corporativos sendo apropriados pelo papel corporativo dentro das outras instituições. Semelhante a contaminação, no caso da emulação, as pessoas que estão no meio corporativo são emuladas pelos demais. Por isso, os líderes corporativos acabam-se tornando-se líderes também em outras instituições, pois são vistos como fontes de valor social. Em que seu status é emulado pelas demais classes.

A mitificação, trata-se da geração de mitos na sociedade que apoia a instituição econômica – hegemonia corporativa. Como elementos não econômicos sendo utilizados para justificar a lógica econômica. Portanto, é possível analisar que a hegemonia corporativa está baseada nestes quatro instrumentos sociais. Em suma, a subreção é a forma em que a hegemonia corporativa utiliza-se das demais instituições para seus próprios meios, fazendo com que os papéis fundamentais das instituições fossem substituídos. A contaminação ocorre na disseminação da função

dos papéis corporativos sobre os papéis não corporativos. A emulação é vista no momento em que os líderes corporativos são emulados pelos demais indivíduos, fazendo com que estes assumam também papel de liderança nas demais instituições. E a mitificação ocorre quando a hegemonia corporativa é tratada como superior as demais instituições.

Este trabalho será analisado principalmente a relação entre as instituições educacionais e as universidades. Estas instituições necessitam além de cumprir seu papel “educacional” também precisam atender as demandas das empresas, e classificar os alunos para a sociedade. Conforme Dugger, 1980, em seu artigo *Power: An Institutional Framework of Analysis*, é possível analisar que caso o indivíduo não conclua o ensino médio, provavelmente este não terá oportunidades de emprego. Caso o indivíduo conclua apenas um curso técnico, terá seu trabalho de modo ainda muito braçal. E caso o indivíduo conclua a graduação terá oportunidades melhores nas corporações, por terem um conhecimento mais especializado e técnico. Ou seja, conforme mencionado acima, a instituição educacional estará atendendo a demanda da instituição econômica. Caso a mesma ignore este fato e decida exercer sua autonomia em um grau elevado para atender seus próprios fins, colocará sua conta em risco.

Portanto, nesta passagem de Dugger (1980) é possível verificar que a ciência é substituída por técnicas e práticas que agradem o mercado (e a hegemonia corporativa). Ou seja, a educação que deveria ter seu papel fundamental no desenvolvimento da consciência crítica, na reflexão do conhecimento e debates interativos a fim de elevar os pensamentos dos indivíduos na sociedade, acabam sendo contaminados pela hegemonia corporativa. Logo, as instituições de ensino estão gerando matéria-prima para as corporações, restringindo-se a técnicas de utilidade mercadológica. Essa restrição prejudica os indivíduos e a sociedade, gerando profissionais que não contribuem com a solução de reais problemas em prol da coletividade. Em suma, as instituições de ensino, por serem autônomas, deveriam ignorar o fato do poder da instituição dominante, ou seja, de produzir funcionários altamente qualificados e optarem pela educação por si só.

Para avaliar a importância da instituição dominante sobre as instituições de ensino das sociedades de hoje, pode-se analisar um dos mais respeitados *rankings* de educação no mundo, *QS World University Rankings*, elaborado pelos analistas

globais de ensino superior *QS Quacquarelli Symonds*, em que em sua metodologia aplicam seis simples e importantes métricas para capturar o desempenho universitário e avalia-los, sendo: (1) reputação acadêmica, (2) reputação do empregador, (3) relação instituição/estudante, (4) citações por faculdade, (5) proporção de docentes internacionais e (6) proporção de estudantes internacionais.

Entre as seis principais métricas utilizadas pelo sistema de rankings de educação, pode-se destacar a segunda, reputação do empregador, a qual comprova a teoria de Dugger referente a contaminação da hegemonia corporativa sobre as demais instituições. Nesse momento podemos observar a transformação que a educação sofreu, tornando-se agora também um meio de negócio, sem os seus verdadeiros fins. Os estudantes podem ser vistos como clientes-consumidores que desejam “aprender” apenas o que as corporações esperam deles. Sendo a educação uma das formas para entrarem na hegemonia corporativa. Durante essa transformação, o ensino utiliza-se de instrumentos técnicos, utilitaristas e práticos, distanciando-se da reflexão crítica. Pressionados pelas instituições familiares, econômicas e políticas, as instituições de ensino superior são impostas a reformular seus currículos, para que os conceitos de formação de professores e estudantes estejam alinhados aos novos critérios de modelo de avaliação norteadores dos rankings internacionais e nacionais. Levando a universidade a ser subjugada pelo setor hegemônico da sociedade como uma fonte de competências e habilidades que estas estruturas demandam. Invertendo o valor social para o interesse comercial. Por esse motivo, é aplicado esta métrica para medir a qualidade da educação nas universidades.

Podemos considerar que a mudança do significado de educação, ocorreu devido as diversas transformações da sociedade, geradas inclusive pela evolução do processo histórico construído pelos hábitos da população. Pois, antes da hegemonia corporativa ser a principal instituição, as universidades eram as instituições que capacitavam novos indivíduos para contribuírem com o desenvolvimento da cidadania, por meio de produção e difusão do conhecimento. Porém com a globalização, mudanças de hábitos, hoje há a predominância da instituição econômica perante as demais. Com isso, a população perde, pois o que antes era de direito público, hoje se torna mais um serviço/produto exposto para a sociedade, na maioria das vezes para benefício das próprias empresas. A técnica erroneamente substitui a

ética, abandonando o intuito do bem coletivo transpondo-se para o mercado. Ocorrendo na inversão que temos hoje, em que o mercado influencia a sociedade, e não mais a sociedade influencia o mercado.

Podemos associar esta dinâmica com as obras de Veblen (1899 e 1906) em “*The Theory of the Leisure Class*” e “*The Theory of business Enterprise*”; em que é incorporada a ideia da mudança tecnológica, a qual em conjunto com os comportamentos da sociedade, são os principais elementos para o processo de mudança institucional. De fato, a tecnologia é um importante fator para o desenvolvimento econômico e social, porém se faz necessário um pouco mais de cautela na ponderação de ordem social. Pois, a formação de indivíduos não deve estar segmentada em apenas duas trajetórias, como: profissionais desenvolvidos para o mercado de trabalho, no qual realizada tarefas objetivas e profissionais de dedicação exclusiva para a ciência e reflexão. É necessário um ponderamento, pois o pensamento crítico deve ser de caráter obrigatório para qualquer profissional intelectual e de qualquer setor. Analisando um lugar sem tecnologia, utópico, o mesmo seria um lugar de pobreza e sem perspectivas de desenvolvimento. Do contrário, um lugar sem pensamento crítico, levaria a humanidade a um colapso, no qual não teríamos mais construções de ideias, de futuro. Portanto, ambas se completam, contudo, o exercício do poder de pensamento crítico possui um peso maior do que técnicas utilitaristas.

É notável que algumas universidades públicas, em meio as dificuldades e obstáculos, tentam manter sua singularidade. Optando pela valorização da dedicação a pesquisa, mostrando as demais instituições de ensino que é possível ter independência com relação a hegemonia corporativa. E que ainda, conseguem atingir os altos padrões de ensino, como por exemplo a Universidade de São Paulo.

Perante toda essa nova conjuntura foi criado também no Brasil um *ranking* das universidades do país, *Ranking* Universitário Folha de São Paulo (RUF), o qual possui diferença dos pesos das métricas em relação ao ranking mundial, para ajustar a nossa realidade. O melhor exemplo é a utilização de 18% da sua composição da nota em como as corporações avaliam as universidades, em contrapartida de apenas 10% do *QS World University Ranking*.

O renomado *ranking* nacional, RUF, utiliza-se de cinco principais métricas para a classificação das universidades brasileiras, semelhantes as métricas no

ranking global analisado anteriormente, porém com pesos diferentes. Portanto o RUF, para adequar-se as necessidades do país, utiliza os seguintes indicadores para avaliar as 195 universidades brasileiras: (1) pesquisa científica, (2) qualidade do ensino, (3) internacionalização, (4) mercado de trabalho e (5) inovação.

Sem dúvidas o que mais chama atenção é a ponderação do quarto item, mercado de trabalho, que possui quase o dobro do peso para a análise nacional. Podemos então comparar isto, a ideia de Veblen, em que cada lugar, possui uma característica diferente, devido a seu processo histórico. No Brasil, a educação ainda não é pautada com a devida atenção que realmente é necessária, muito menos valorizada o suficiente. Como um país em desenvolvimento, ainda há carência de profissionais qualificados também para o mercado de trabalho empresarial. Portanto as universidades, principalmente particulares, buscam desenvolver os jovens talentos para assumir estas posições na sociedade. Porém, conforme já comentado, formando pessoas sem consciência crítica e tão pouco reflexão social.

A autonomia da universidade, não significa que a mesma deve ignorar o contexto social a qual se encontra. Porém, a independência deve ser interpretada como um local, no qual, não será avaliado sobre um conjunto de interesses externos, sendo eles mercadológicos e políticos. A independência é quem deve garantir o desenvolvimento da sociedade, pois somente assim teremos ideias novas, transbordamento de conhecimento e construções para uma sociedade crítica, menos injusta e mais humana.

3 UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE ECONOMIA: A LUZ DO INSTITUCIONALISMO ORIGINAL

Segundo o Ranking da Folha de São Paulo, 2018, no Brasil há 172 instituições de ensino superior com o curso de ciências econômicas ofertado, dentre elas 54,65% são universidades de natureza privada e 45,35% são de natureza pública. Na cidade de Curitiba, temos 4 principais universidades para seguir com a análise do curso de economia, sendo elas UFPR (Universidade Federal do Paraná), PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) FAE (FAE Centro Universitário) e UP (Universidade Positivo).

3.1 MÉTODO UTILIZADO PARA ANÁLISE

Para analisar e comparar a qualidade das universidades da cidade de Curitiba (FAE, PUCPR, UFPR e UP) em relação ao curso de ciências econômicas, utilizei como referência a matriz curricular de cada universidade, segundo as coordenações dos cursos. Desta forma foi possível realizar a comparação das disciplinas ofertadas, assim como a carga horária atribuída, pois esta observação exprime o viés da universidade, seja para a área de pesquisa ou mercado.

Além desta base, também utilizei as informações dos docentes de cada universidade, focando no regime de trabalho priorizado em cada instituição, seguindo as fontes das coordenações dos cursos de economia e o Lattes dos docentes, esta análise indica o direcionamento dos cursos de ciências econômicas e o enfoque das instituições.

Para saber quais métricas são utilizadas para qualificar uma universidade, adotei a base do Ranking da Folha de São Paulo e seus principais indicadores, extraindo as principais informações para análise do comportamento de cada universidade perante o mercado de trabalho e a relevância do desenvolvimento de pesquisas para cada instituição.

3.1.1 Análise da matriz curricular

Conforme exposto acima para analisar os cursos de economia na cidade de Curitiba/PR, utilizei como referência a matriz curricular de cada universidade, sendo elas: FAE, PUCPR, UFPR e UP, conforme disposta nas tabelas 1 a 4.3 no apêndice deste trabalho.

Através da compilação destas informações, pode-se analisar que logo no primeiro ano, todas as universidades privadas possuem disciplinas voltadas ao interesse da hegemonia corporativa, conforme Tabelas 2, 3 e 4: FAE – Economia empresarial, PUC – Cálculo aplicado a negócios, Economia de empresa, e Empreendedorismo e Inovação, além das aulas práticas no Bussines Lab – Empreender e a UP – Comunicação Empresarial e Empreendedorismo e Liderança. Portanto, logo no início do primeiro semestre os alunos já possuem contato com disciplinas de viés corporativo, e duas delas (PUC e UP) sem disciplinas de fundamentos teóricos, principalmente quanto a essência e história da ciência econômica, a qual é inserida nos anos seguintes. Ou seja, o aluno primeiro possui contato com as disciplinas de caráter mercadológico, para depois ambientar-se com a base estrutural de um curso de economia, como a história e essência da ciência.

Além disso, nota-se a quantidade elevada de disciplinas ofertadas nos cursos de ciências econômicas nas universidades privadas com carga horária reduzida em relação a universidade pública. Por exemplo, no segundo ano os alunos da UFPR possuem uma carga horária de 660h por ano letivo, com oito disciplinas de caráter científico, enquanto na PUCPR os alunos possuem uma carga horária de 780h com 14 disciplinas, sendo 4 delas (ética, estúdio de economia e finanças III, cultura religiosa e estúdio de economia e finanças IV) de 30h por ano, ou seja, os alunos possuem disciplinas que descolam tanto de caráter mercadológico como científico e sem aprofundamento visto que a carga horária é baixa. Este fato é relevante no momento de analisar a ementa do curso, pois o aluno terá que passar por um número alto de disciplinas e sem muito aprofundamento.

Para compreender a relevância de algumas disciplinas, pode-se considerar a carga horária utilizada em cada instituição de ensino, para tal reflexão, a disciplina de economia industrial será analisada, por se tratar de uma matéria de caráter essencial para a economia de um país e aplicável mercadologicamente. Na UFPR a disciplina

possui carga horária de 75h, na PUCPR 60h, na FAE 36h e a UP não possui em sua matriz curricular. Diante dos dados acima, encontrados na grade curricular do terceiro ano de cada universidade, pode-se analisar que a matéria de economia industrial, considerada essencial para a formação de um economista, possui relevância diferente em cada instituição, mostrando o direcionamento dado em cada universidade e o nível de aprofundamento em cada disciplina.

Nos três anos finais do curso, as universidades privadas, principalmente PUC e UP, continuam com o enfoque em disciplinas direcionadas a formação dos alunos para o mercado de trabalho, análise realizada através das Tabelas 1 a 4.3, ou seja, procuram capacitar os indivíduos para enfrentar os desafios das corporações. Divergindo da metodologia aplicada pela Universidade Federal do Paraná, a qual busca fomentar o pensamento crítico, reflexivo e construtivo para formação de indivíduos conscientes quanto aos problemas da sociedade e desafios da economia, sendo capazes de analisar todo o meio socio-político-econômico, caráter importante para os alunos que almejam a carreira acadêmica, assim como os alunos que optam em seguir com carreiras no mercado de trabalho.

Algo interessante para complementar esta análise, é que a UFPR, possui a grade de matérias optativas, em que os alunos podem selecionar matérias, até mesmo de caráter mercadológico, para cursar paralelamente as disciplinas obrigatórias. Portanto, a UFPR também promove a inclusão de algumas disciplinas técnicas para quem almeja entrar no mercado de trabalho com técnicas específicas.

3.2 ANÁLISE DO RANKING DA FOLHA DE SÃO PAULO NOS CURSO DE ECONOMIA

Através da Tabela 5, analisamos os indicadores, os quais qualificam as universidades apresentadas neste trabalho, através do Ranking Folha de São Paulo.

Tabela 5 – Ranking da Folha de São Paulo das Universidades do Paraná em relação ao Curso de Economia no Brasil, 2018.

Sigla da Instituição	Posição no país	Avaliação do mercado	Qualidade de ensino
UFPR	7º	10º	9º

PUCPR	32°	10°	78°
UP	37°	19°	61°
FAE	58°	33°	80°

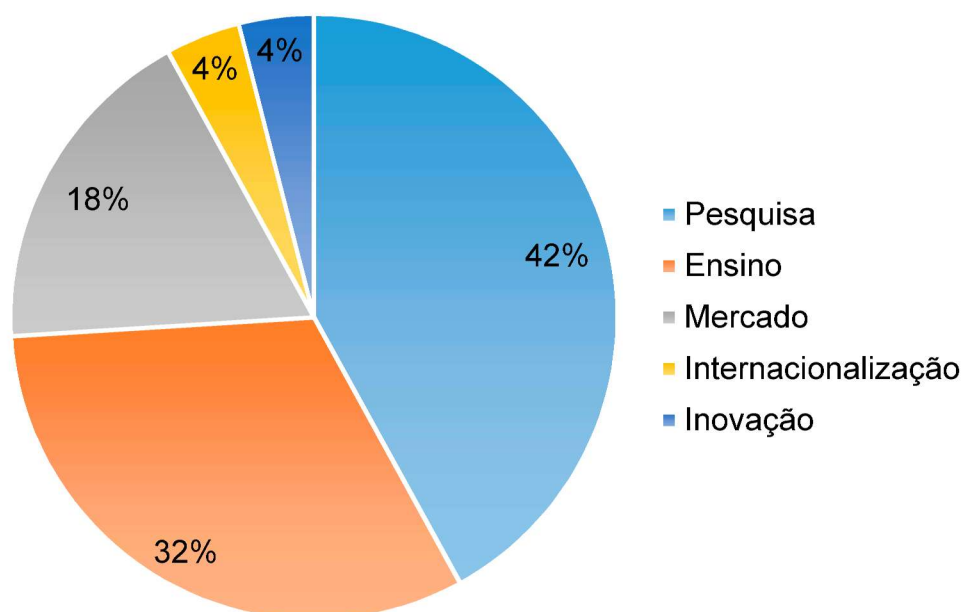
Sigla da Instituição	Enade	Professores	
		com dedicação integral e parcial	Avaliação dos docentes
UFPR	31°	1°	10°
PUCPR	56°	107°	-
UP	17°	102°	-
FAE	35°	119°	-

Fonte: Elaborada pela autora com base em Ranking Folha de São Paulo, 2018.

Pode-se notar uma considerável distância entre os indicadores dos rankings da universidade de natureza pública para as universidades privadas. Principalmente na posição no país e qualidade de ensino, em que a **UFPR** possui um notável destaque diante das demais universidades. Porém, na avaliação do **Enade**, esta discrepância não é vista, podemos identificar a **UP** como melhor colocada entre as demais, acredito que o principal fator de impacto seja através do estímulo que a universidade privada gera aos seus alunos ao acrescentar pontos na média do aluno por participar da prova, diferente da universidade pública que visa a prova como uma maneira de mensurar a qualidade de ensino da instituição, sendo de caráter obrigatório aos estudantes que devem possuir essa consciência.

Esses fatos se dão pelos indicadores utilizados para compor o ranking, conforme gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Indicadores para o Cálculo do Ranking Folha de São Paulo



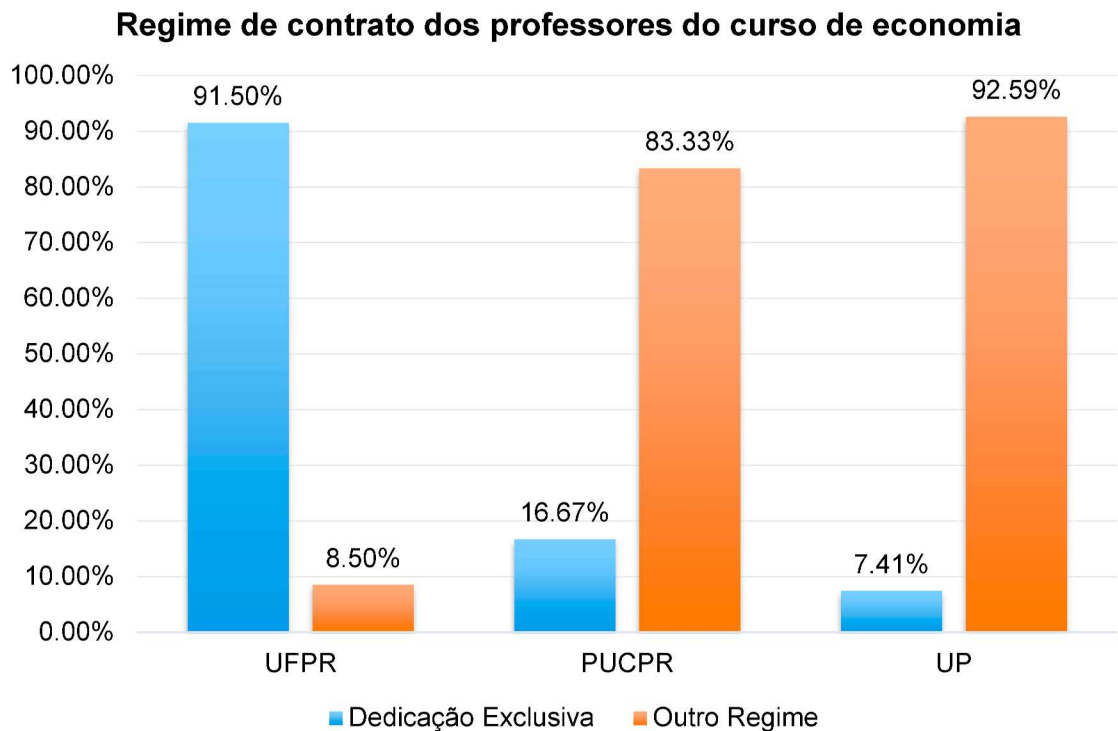
Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados Ranking Folha de São Paulo, 2018

Pode-se analisar que o indicador de maior peso é pesquisa, o qual possui nove componentes a serem avaliados, sendo eles: total de publicações (7%), total de citações (7%), citações por publicação (4%), publicações por docente (7%), citações por docente (7%), publicações em revistas nacionais (3%), recursos recebidos por instituição (3%), bolsistas CNPq (2%) e teses (2%). Neste principal indicador, o qual o peso máximo é 42, foram atribuídas as seguintes notas: UFPR 38.29; PUCPR 30.68; UP 16.81 e FAE (sem dados). Portanto, podemos concluir que a UFPR é a maior produtora científica nesta base analisada, reafirmando o enfoque da universidade pública em capacitar alunos conscientes e incentivados pela ciência para seguir na área de pesquisa acadêmica, assim como a qualificação dos docentes que também são mensurados neste indicador.

Além disso, é importante analisar o indicador de professores com dedicação integral e parcial, o qual as universidades públicas estão no topo do ranking. Através da análise do Gráfico 2, a seguir, comparamos os percentuais dos docentes com regime de contrato exclusivo ou outra natureza de contrato, e pode-se notar uma alta disparidade entre as universidades, sinalizando a importância dos docentes estarem focados em dedicar seu tempo para apoiar os objetivos da universidade nas atividades

de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, contribuindo para o desenvolvimento da educação pública de qualidade, promovendo uma maior integração docente-universidade. Diferente dos docentes sem dedicação exclusiva, os quais por muitas vezes possuem aulas e atividades em diversas instituições e podem dispersar suas atividades pela gestão do tempo.

Gráfico 2 – Regime de contrato dos professores do curso de economia na cidade de Curitiba, nas Universidades: UFPR, PUCPR e UP.



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados disponibilizados nos departamentos de economia das universidades analisadas e consulta ao Lattes no CNPq.

Através da análise acima, pode-se também avaliar o direcionamento de cada instituição, a qual muitas vezes passa pelo encapsulamento corporativo. De acordo com Almeida e Bock (2018), temos como influência o meio corporativo em outras funções não corporativas, conforme citação:

Retomando todos os elementos, temos: (1) a emulação gerando a aceitação e respeito dos líderes corporativos em meios não corporativos; (2) a contaminação inserindo motivos corporativos em funções sociais não corporativas; (3) a distorção conectando todas as instituições a corporações e (4) a mitificação cobrindo a hegemonia corporativa pelos símbolos mais importantes da sociedade. Dessa forma, temos o poder corporativo não como um poder individual, mas como um poder institucional. (ALMEIDA e BOCK, 2018, p.10)

Portanto, a escolha pelo regime de trabalho dos docentes da instituição de ensino e sua qualificação revela a preocupação das universidades em ter professores pesquisadores da ciência econômica, conforme a UFPR, ou professores, economistas atuando em determinado segmento do mercado, sem dedicação exclusiva a instituição de ensino, conforme as universidades privadas, trazendo uma lógica diferente para o curso em questão.

Pode-se considerar, inclusive, que no primeiro caso as disciplinas serão lecionadas e o próprio curso será mais focado naquilo que é compreendido como ciência econômica, e no segundo caso, o curso será mais focado em questões corporativas pelo viés mercadológico dos docentes, ou seja, a hegemonia corporativa contaminando os meios não corporativos.

Analisando o indicador de mercado, que por sua vez considera a opinião de 5.444 profissionais de RH consultados pela Datafolha em 2016, 2017 e 2018 sobre preferências de contratação, foram encontrados os seguintes resultados: UFPR 16.86; PUCPR 16.67 e UP 14.68. Ou seja, não há discrepância nos resultados entre a universidade pública e as universidades privadas. Portanto, pode-se considerar que ainda existe preferência por alunos das instituições públicas, o qual pode ocorrer pelo fato de muitas empresas acreditarem que os alunos formados nessas universidades são mais qualificados devido a maior concorrência nos processos seletivos, e possuírem profissionais qualificados no corpo docente. Porém, conforme mencionado acima a universidade privada (PUCPR) está ao lado da universidade pública (UFPR) neste índice, o fato deve-se as instituições privadas fornecerem mão de obra qualificada para a hegemonia corporativa, ou seja, muitos destes alunos possuem as técnicas necessárias para ingressar no mercado de trabalho, o que facilita a capacitação dos futuros funcionários.

Após a análise dos principais indicadores utilizados pelo RUF, pode-se enfatizar que no Brasil, apesar das universidades possuírem uma considerável ponderação da opinião do mercado (18%) para mensurar a qualidade de um curso ou instituição, ainda são consideradas as universidades públicas como as melhores instituições de ensino no país. A predominância destas universidades estarem em colocações superiores refere-se a qualidade de ensino e pesquisa serem melhores do que as universidades privadas, não sendo proporcionais a opinião de mercado. Este

fato sinaliza a impregnação da hegemonia corporativa sobre as instituições de ensino, em suma, instituições de caráter privado.

A opinião de mercado é um fator dominante para caracterizar a qualidade das universidades particulares, as quais visão contribuir com as corporações com profissionais qualificados para suprir a demanda no mercado de trabalho. Enquanto as universidades públicas reiteram a importância e obrigação em formar profissionais qualificados para o desenvolvimento da sociedade, visto a discrepância dos resultados atingidos no índice de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O institucionalismo radical nos mostra na teoria como a hegemonia corporativa foi instaurada na sociedade e como seus interesses são usados para influenciar as demais instituições. Através deste trabalho é possível concluir na prática esta dominação no meio da instituição de ensino.

O curso de ciências econômicas em Curitiba possui diferentes vertentes quando analisada a matriz curricular de cada universidade (FAE, PUCPR, UFPR e UP), a escolha pelo regime de contrato dos docentes, a experiência de seus docentes, e a contribuição de pesquisas no meio acadêmico. Através dessas análises, abordadas nos capítulos 3.1.1. e 3.2, conclui-se que há qualidade superior na universidade pública, a qual pode ser vista no Ranking da Folha de São Paulo e também pelo indicador de mercado, este último apreciado pelas universidades privadas que buscam formar profissionais capacitados para as corporações. Porém, vale destacar que a principal diferença encontrada foi de fato na formação dos estudantes, as universidades privadas revelam a sua preocupação em estarem alinhadas com a hegemonia corporativa através de algumas disciplinas voltadas exclusivamente para formação de indivíduos capazes de atuarem no mercado, com menor ênfase nas disciplinas de caráter científico, enquanto a universidade pública fomenta a necessidade de formar indivíduos capazes de analisar cenários econômico-socio-políticos através da própria ciência econômica, contribuindo para a sociedade como um todo e não somente para interesse próprio ou de terceiros.

Esta conduta pode ser analisada também no momento de escolha dos docentes, em que na maioria, os educadores das universidades privadas são profissionais com experiência e viés mercadológico, enquanto na universidade pública os profissionais passam por concurso público em que precisam provar seu conhecimento para serem qualificados, e após concluírem esta etapa, a grande maioria possui regime de contrato exclusivo com a universidade, ou seja, seu tempo será totalmente despendido com os interesses da universidade, sobretudo em contribuir para uma sociedade melhor.

Estes fatores representam a hegemonia corporativa presente em outras instituições, tentando eximir a autonomia da instituição de ensino, a qual deve ser reconsiderada pelas instituições privadas. Pois, somente com independência de

interesses externos será possível garantir o desenvolvimento da sociedade, principalmente na construção de uma sociedade crítica, menos injusta e mais humana.

APÊNDICE

Tabela 1 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Paraná no primeiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Introdução à Economia	1º e 2º	120
Cálculo com Álgebra Linear	1º e 2º	120
História Econômica Geral	1º	75
Instituições de Direito Público	1º	60
Introdução às Ciências Sociais	1º	60
Estatística II	2º	60
Formação Econômica do Brasil	2º	75
Contabilidade e Análise de Balanços	2º	60
Total		630

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da UFPR.

Tabela 1.1 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Paraná no segundo ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Teoria Microeconômica	1º e 2º	120
Economia Política I	1º e 2º	120
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	1º	75
Economia Brasileira Contemporânea I	1º	75
Análise de Investimentos	1º	60
Econometria	2º	60
Análise Econômica e Financeira	2º	75
Contabilidade Social	2º	75
Total		660

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da UFPR.

Tabela 1.2 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Paraná no terceiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Teoria Macroeconômica	1º e 2º	120

Economia Internacional	1º e 2º	120
História do Pensamento Econômico	1º e 2º	120
Economia Regional e Urbana	1º	75
Economia Brasileira Contemporânea II	1º	75
Técnicas de Pesquisa em Economia	2º	75
Economia Industrial	2º	75
Total		660

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da UFPR.

Tabela 1.3 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Paraná no quarto ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Economia Monetária e Financeira	1º e 2º	120
Elaboração e Análise de Projetos	1º e 2º	120
Desenvolvimento Econômico I	1º	75
Economia do Setor Público	1º	60
Desenvolvimento Econômico II	2º	60
Trabalho de Fim de Curso	1º e 2º	240
Total		675
Optativa I		60
Optativa II		60
Total		795

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da UFPR.

Tabela 2 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no primeiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Evolução do Capitalismo e Globalização	1º	60
Cálculo aplicado a Negócios	1º	60
Construção das Ideias Econômicas	1º	60
Economia de Empresa	1º	60
Demonstrações Contábeis	1º	60
Estúdio de Economia e Finanças I	1º	30

Filosofia	2º	60
Ambiente Macroeconômico	2º	60
Empreendedorismo e Inovação	2º	60
Operações Financeiras e Créditos	2º	60
Economia Matemática	2º	60
Estúdio de Economia e Finanças II	2º	30
Business Lab - Empreender	2º	60

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da PUCPR.

Tabela 2.1 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no segundo ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Microeconomia do Consumidor e da Firma	1º	90
Contas Nacionais	1º	60
Modelagem Matemática	1º	60
Moeda, Bancos e Mercados Financeiros	1º	60
Ética	1º	30
Estúdio de Economia e Finanças III	1º	30
Leitura e Escrita Acadêmica	1º	60
Microeconomia e Estratégia	2º	90
Cultura Religiosa	2º	30
Macroeconomia	2º	60
Finanças Comportamentais	2º	60
Estatística Aplicada a Negócios	2º	60
Estúdio de Economia e Finanças IV	2º	30
Business Lab - Inovar	2º	60
Total		780

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da PUCPR.

Tabela 2.2 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no terceiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Economia Industrial e da Tecnologia	1º	60

Estatística Econômica	1º	60
Formação da Economia Brasileira	1º	60
Análise Macroeconômica	1º	60
Análise Financeira	1º	60
Estúdio de Economia e Finanças V	1º	30
Projeto Comunitário	1º	30
Business Lab - Sustentar	1º	60
Liderança	2º	60
Projeto de Pesquisa em Economia	2º	60
Política Macroeconômica	2º	60
Análise de Projetos de Investimentos	2º	60
Econometria para Previsão	2º	60
Business Lab - Expandir	2º	60
Total		780

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da PUCPR.

Tabela 2.3 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no quarto ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Economia Internacional	1º	60
Modelagem Econométrica	1º	60
Estado e Economia Brasileira	1º	60
Mercado de Capitais	1º	60
Pesquisa Aplicada I	1º	120
Desenvolvimento Socioeconômico	2º	60
Planejamento e Finanças Públicas	2º	60
Economia Brasileira Contemporânea	2º	60
Valuation	2º	60
Pesquisa Aplicada II	2º	120
Total		720

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da PUCPR.

Tabela 3 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na FAE Centro Universitário no primeiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
-------------------	-----------------	--------------

Estudo do Homem Contemporâneo	1º	72
Formação Econômica do Brasil	1º	72
Introdução à Economia	1º	72
Matemática	1º	72
Modelos Emergentes de Gestão	1º	72
História Econômica Geral	2º	36
Economia Empresarial	2º	72
Contabilidade Para Gestão de Negócios	2º	72
Laboratório de Práticas em Economia		
Coleta de Dados	2º	36
Total		576

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da FAE Centro Universitário.

Tabela 3.1 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na FAE Centro Universitário no segundo ano.

Disciplina	Semestre	Horas
História do Pensamento Econômico	1º	72
Estatística	1º	72
Macroambiente Econômico	1º	72
Gestão de Custos	1º	72
Ciência Social e Política	1º	72
Economia Brasileira Contemporânea	2º	72
Estatística Econômica	2º	72
Noções de Direito e Empresa	2º	36
Análise Microeconômica	2º	72
Empreendedorismo	2º	72
Laboratório de Análise de Dados em Economia	2º	36
Total		720

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da FAE Centro Universitário.

Tabela 3.2 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na FAE Centro Universitário no terceiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Sistema de Mensuração da Atividade		
Econômica	1º	36
Economia Industrial	1º	36
Econometria	1º	72
Macroeconomia Moderna	1º	72
Administração Financeira	1º	72
Pesquisa e Análise de Mercado	1º	72
Desenvolvimento Socioeconômico	2º	72
Tópicos Avançados em		
Microeconomia	2º	72
Ciência da Decisão	2º	72
Elaboração e Análise de Projetos de		
Investimentos	2º	72
Metodologia da Pesquisa Científica	2º	36
Laboratório de Econometria	2º	36
Total		720

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da FAE Centro Universitário.

Tabela 3.3 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na FAE Centro Universitário no quarto ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Economia Internacional	1º	72
Tópicos Avançados em	1º	72
Macroeconomia		
Política e Planejamento Econômico	1º	36
Optativa I	1º	72
Economia Monetária e Financeira	1º	36
Pesquisa Avançada em Economia I	1º	72
Conjuntura e Cenários Econômicos	2º	36
Consultoria Econômica	2º	72
Finanças Públicas	2º	36

Tópicos Avançados em Economia	2º	72
Mercado Financeiro e de Capitais	2º	72
Pesquisa Avançada em Economia II	2º	72
Total		720

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da FAE Centro Universitário.

Tabela 4 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Positivo no primeiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Comunicação Empresarial	1º	36
Empreendedorismo e Liderança	1º	60
Fundamentos da Matemática	1º	36
Inovação e Sustentabilidade	1º	60
Matemática	1º	60
Psicologia e Comportamento Organizacional	1º	60
Relações Internacionais	1º	60
Contabilidade Financeira e Societária	2º	60
Microeconomia	2º	60
Negócios Internacionais	2º	60
Sociologia e Política	2º	60
Teoria das Organizações	2º	60
Total		672

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da Universidade Positivo.

Tabela 4.1 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Positivo no segundo ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Contabilidade Gerencial e Custos	1º	60
Direito do Trabalho	1º	30
Direito Tributário	1º	30
Economia Internacional	1º	60
Estatística I	1º	60
Filosofia e Ética	1º	36

Macroeconomia e Contabilidade		
Social	1º	60
Atividades Complementares	1º	40
Análise das Demonstrações		
Contábeis	2º	60
Direito Empresarial	2º	60
Estatística II	2º	60
Finanças	2º	60
Humanidades: Reflexões		
Contemporâneas	2º	36
Sistemas de Informação	2º	36
Total		688

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da Universidade Positivo.

Tabela 4.2 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Positivo no terceiro ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Econometria	1º	60
Formação Econômica do Brasil	1º	60
Libras	1º	36
Macroeconomia e Mercados	1º	60
Mercados Financeiros e de Capitais	1º	60
Microeconomia Avançada	1º	60
Atividades Complementares	1º	40
Economia Brasileira	2º	60
Finanças Corporativas	2º	60
Finanças Públicas	2º	60
História do Pensamento Econômico	2º	60
Metodologia Científica	2º	36
Técnicas de Pesquisa em Economia	2º	60
Atividades Complementares	2º	44
Total		756

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da Universidade Positivo.

Tabela 4.3 – Estrutura curricular do curso de ciências econômicas na Universidade Positivo no quarto ano.

Disciplina	Semestre	Horas
Elaboração e Análise de Projetos	1º	60
Estágio I	1º	120
Tópico Especial I (Optativa)	1º	30
Tópico Especial II (Optativa)	1º	30
Tópico Especial III (Optativa)	1º	30
Tópico Especial IV (Optativa)	1º	30
Tópico Especial V (Optativa)	1º	30
Tópico Especial VI (Optativa)	1º	30
Trabalho de Conclusão de Curso I	1º	150
Estágio II	2º	120
Tópico Especial VII (Optativa)	2º	30
Tópico Especial VIII (Optativa)	2º	30
Tópico Especial IX (Optativa)	2º	30
Tópico Especial X (Optativa)	2º	30
Tópico Especial XI (Optativa)	2º	30
Tópico Especial XII (Optativa)	2º	30
Tópico Especial XIII (Optativa)	2º	30
Tópico Especial XIV (Optativa)	2º	30
Trabalho de Conclusão de Curso II	2º	150
Total		1020

Fonte: Elaborada pela autora, conforme dados da Universidade Positivo.

REFERÊNCIAS

BÖCK, R. & ALMEIDA, F. (2018) **A Evolução do Pensamento Vebleniano**. Revista Economia e Sociedade, 27, n. 2, 2018.

DUGGER, W. Power: **An Institutional Framework of Analysis**; Journal of Economic Issues 14:867-907, 1980.

DUGGER, W. **Radical Institutionalism: Basic Concepts**. Review of Radical Political Economics, v.20, n.1, p. 1-20, 1988.

HAMILTON, W. **The Institutional Approach to Economic Theory**. American Economic Review, v.9, n.1, p. 309-318, 1919

HODGSON, G. **The Approach of Institutional Economics**. Journal of Economic Literature v.36, p. 166-192, 1998.

NORTH, D. **The New Institutional Economics and Third World Development**," in The New Institutional Economics and Third World Development, J. Harriss, J. Hunter, and C. M. Lewis, ed., pp. 17-26, 1995.

VEBLEN, T. **Why is Economics Not an Evolutionary Science**. The Quarterly Journal of Economics, v. 12, n.4, p. 373-397, 1989.

VEBLEN, T. **The Theory of Leisure Class**. Nova York e Oxford, Oxford University Press, 2007, 1899.

VEBLEN, T. **The Theory of Business Enterprise**. Gloucester, United Kingdom: Dodo Press, 2009, 1906

RANKING FOLHA DE S. PAULO NO CURSO DE ECONOMIA. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2018/ranking-de-cursos/economia/>>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

METODOLOGIA QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS. Disponível em: <<https://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings/methodology>>. Acesso em 13 de julho de 2019.

CURRICULUM LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em 26 setembro de 2019.

DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206>. Acesso em 27 de outubro de 2019.